

Censura Política

Siegfried Lokatis¹

Resumo: O texto discute, primeiramente, a dificuldade de se traçar uma separação clara entre o exercício da censura religiosa e o da censura secular na Época Moderna, e desenvolve, em contraste aos predecessores na Antiguidade, a ideia de que o controle sistemático dos livros constitui uma especificidade da censura na era de Gutenberg. São discutidos o desenvolvimento dos aparelhos estatais de censura, cujos primórdios ocorreram sob condições econômicas, técnicas e sociais precárias, e que alcançam sua plena realização a partir da era industrial, especialmente como instrumentos das ditaduras nacional-socialista e comunistas.

Palavras-chave: Censura na RDA, Censura de esquerda/direita, aparelhos censórios nazistas e comunistas, censura política, secularização da censura.

Zusammenfassung: Der Text reflektiert zunächst die Schwierigkeit einer klaren Trennung zwischen weltlicher und religiöser Zensurausübung in der Frühen Neuzeit und entwickelt im Kontrast zu antiken Vorläufern die systematische Buchkontrolle als Spezifikum von Zensur in der Gutenberg-Ära. Im Mittelpunkt steht die Entwicklung staatlicher Zensurapparate. Deren Anfängen unter ökonomisch, technisch und gesellschaftlich prekären Rahmenbedingungen folgt ihre volle Entfaltung seit dem Industriezeitalter, speziell als Werkzeuge der nationalsozialistischen wie der kommunistischen Diktatur.

Schlüsselwörter: DDR-Zensur, linke/rechte Zensur, nationalsozialistische und kommunistische Zensurapparate, politische Zensur, Säkularisierung der Zensur.

Toda censura é política². Ela provém de uma reivindicação estatal de poder, afirmando o poder na sociedade e sobre a sociedade. Ela examina, impede e possivelmente sufoca suas críticas. A intensidade de sua execução, uma vontade ditatorial de censura e sua aplicação, sua penetração e perceptibilidade caracterizam sistemas políticos não livres. No entanto, mesmo a mais liberal das democracias não renunciará facilmente a procedimentos análogos à censura, com o auxílio da divisão de poderes, para proteger seus limites de tolerância.

¹ Livre-docente pela Universidade de Potsdam; Professor na Universidade de Leipzig. lokatis@uni-leipzig.de

² Presumivelmente, isso também se aplica à mãe primordial da censura, a Igreja, que não é o assunto aqui. Destaque-se apenas para fins de diferenciação da censura política real.

Apenas um servo da Igreja?

O Patriarca da pesquisa alemã sobre censura, H. H. Houben, inicia o seu capítulo sobre "Censura Política" na Prússia sob o rei Frederico I. Se o Grande Eleitor, em 1654, ainda limitava a censura à literatura teológica, o primeiro rei da Prússia, em 1703, a ampliou de forma explícita para incluir livros políticos que tratassem do "Estado público e dos potentados envolvidos na guerra" (HOUBEN, 1990, p. 8). Em 1708, a Sociedade de Ciências de Berlim, a futura Academia, tornou-se a mais alta autoridade de censura de Brandemburgo, com a missão de revisar "todos os escritos que contivessem aspectos políticos e históricos contemporâneos, além de literatura e ciência eruditas", não apenas sob aspectos teológicos e morais, mas proibir tudo aquilo em que "a respeito do governo ou da alta autoridade fossem feitas declarações depreciativas ou críticas, ou fossem insinuados princípios perigosos, ou disseminadas proposições voltadas à agitação e desordem no estado espiritual e secular".

A "má fama" de ter introduzido a censura - "o exame das publicações antes de sua publicação no comércio livreiro" - é atribuída por Houben a dois "governantes clericais": o príncipe eleitor e arcebispo Berthold von Mainz, em 1486³, e ao Papa Leão X, em 1515, com a sua Bula *Inter Sollicitudines* apenas dois anos antes Lutero afixar as teses. A censura inicial, portanto, foi "uma das armas mais eficazes e sempre manuseadas sem escrúpulos pelas hostes clericais, por seus porta-estandartes espirituais e seculares", que apenas gradualmente "se expandiu" para a área política (HOUBEN, 1990, p. 7).

Houben definiu a censura imperial como uma questão clerical. A censura imperial, iniciada em 1521 na Dieta de Worms, detalhada nos decretos imperiais de Nuremberg (1524), Speyer (1529) e Augsburgo (1530), foi exercida pelas "autoridades locais" de forma mais inadequada do que eficaz, e controlada pela Comissão de Livros em Frankfurt e pelo Conselho Imperial em Viena. Porém, se formos mais precisos, a legitimidade dos monarcas cristãos estava fundamentada na fé, o que tornava quase impossível separar a censura política da religiosa. Especialmente após a Paz de Augsburgo (1555) e a Paz de Vestfália (1648) lidar com as complicadas regras de paridade e tolerância político-religiosas tornou-se um elemento constitutivo da Constituição Imperial. Os elementos de censura política podem ser identificados sem grandes dificuldades no diversificado exercício da censura nas cidades imperiais e nos territórios do Sacro Império Romano-Germânico, onde conselhos, corporações e universidades, em conjunto com os poderes dos príncipes eleitores, disputavam o controle sobre o dever de supervisão e a soberania

³ A triste honra de ter promulgado, em 1482, a primeira lei de censura cabe, no entanto, mais provavelmente ao Bispo de Würzburg, Rudolf II von Scheerenberg. Em BIRCKNER (1923, p. 76) e também KRUEDNER (1938, p. 12).

censória, particularmente para conter a massa de pasquins ofensivos e escritos difamatórios — o incessante "shitstorm" do século XVI. Provavelmente, isso foi uma das razões principais para a fraca eficácia das iniciativas censórias de então, ou, visto por um ponto de vista mais otimista, para o surgimento de espaços de liberdade. Em 1502, a censura prévia do Reino de Espanha, baseada na Inquisição, era ainda mais antiga do que a papal, porém aqui, assim como mais tarde em Veneza ou em Paris, onde a Coroa introduziu em 1521 a censura prévia de escritos religiosos pelos teólogos da Sorbonne, era difícil separar a censura estatal da eclesiástica.

Uma avaliação semelhante ocorreria provavelmente com prática censória da Grã-Bretanha, já avançada, a qual Houben - como especialista em arquivos históricos da censura alemã, particularmente a prussiana e a austríaca do século XVIII e início do XIX - infelizmente não abordou. Porém, sob o domínio sanguinário da censura na Inglaterra durante as guerras religiosas, quem poderia decidir se prevaleciam motivos religiosos, políticos ou mesmo interesses econômicos de guildas, sobre os impressores privilegiados que realizaram a censura prévia em Londres até 1695? Quando a censura política começou na Prússia, na Inglaterra, com a revogação do *Licensing Act*, a liberdade de imprensa já havia sido introduzida.

Velhos Vestígios

Naturalmente já havia na Antiguidade as mais diversas formas de censura política, seja a expulsão de Arquíloco de Esparta (talvez "o mais antigo dos testemunhos de uma censura estatal por razões da formação da juventude"), seja o exílio de Ovídio por ordem do imperador Augusto, a prática da *damnatio memoriae* através das estátuas decapitadas e das inscrições apagadas, ou a espetacularização da queima de livros. Já em Tácito encontram-se avaliações de caráter duradouro sobre esse processo e os paradoxos fundamentais da censura política, que pressupõem certa experiência. Ele sabia que livros proibidos são mais lidos e que a sua destruição é uma tarefa fadada ao fracasso. Mas trata-se, até onde sabemos, mais de medidas pontuais reativas, distantes de uma censura prévia sistemática.

Uma censura prévia sistemática ocorre pela primeira vez na China da dinastia Song, no século XI. As gráficas privadas, que já possuíam tipos móveis, foram categoricamente excluídas da produção de certos tipos de textos abertamente cruciais para o poder. Apenas gráficas estatais, sob controle das autoridades, tinham permissão para produzir textos de leis jurídicas, obras cartográficas, escritos imperiais, obras oficiais de historiografia, textos dos sistemas de exames, calendários, cartas astronômicas e livros de adivinhação. A posse, a cópia, a reimpressão e distribuição dessas obras eram

estritamente proibidas a indivíduos. Com chibatadas ou dois anos de prisão eram punições usuais, e para a disseminação maliciosa de falsas previsões de perigo público, a pena era a morte por enforcamento.

A censura operada pela igreja, tal como dominava sem restrições na Idade Média, não é o tema aqui. Mesmo que inicialmente não parecesse, a invenção de Gutenberg abalou seu monopólio e exigiu novos mecanismos de controle mais sistemáticos:

"A Igreja perdeu então seu domínio sobre a produção de livros, e com isso, o destino da proibição anterior de livros estava selado. Todas as medidas, como a entrega de todas as cópias, sua queima, 'expurgação', 'correção', etc., tornaram-se inúteis, pois um único exemplar que escapasse à perseguição poderia ser reproduzido inúmeras vezes. Para combater o problema na raiz, apenas uma medida era eficaz. Não bastava mais agir contra os autores, leitores e proprietários, mas principalmente contra os impressores, editores e livreiros. Em resumo, era necessário introduzir uma revisão geral, constante, obrigatória e uniformemente aplicada dos escritos antes da impressão, e proibir os que fossem considerados ofensivos".

Para isso, era necessário localizar primeiro os impressores perigosos. Todo governante agia com sabedoria ao concentrá-los o mais próximo possível da capital, ao alcance do censor, e combater as "tipografias clandestinas" remotas (como foi feito na Alemanha com o *Reichsabschied* de Speyer, em 1570). Em Augsburg, contudo, a pré-censura ordenada por Carlos V só era cumprida nos poucos dias em que o imperador estava presente pessoalmente em uma Dieta Imperial. O combate a escritos anônimos, com privilégios falsificados ou locais de impressão fictícios permaneceu, ao longo dos séculos, um tema constante em todas as políticas de censura. Como método comum para evitar os procedimentos destrutivos da pré-censura — que era obrigatória no Império Alemão, considerando o já altamente complicado processo de composição e impressão —, simplesmente mudava-se a jurisdição, indo da Feira do Livro de Frankfurt para Leipzig ou para regiões mais tolerantes, como Brandemburgo, Saxônia ou qualquer outro lugar, para solicitar a autorização de censura para livros que já estavam impressos (exceto pela capa com o privilégio principesco). Assim, a censura prévia prevalecia apenas teoricamente no Império, enquanto na realidade vigorava a censura posterior, nas formas mais brandas e mitigadas por interesses econômicos.

Assim, na maioria das vezes, o máximo que se pode fazer é especular em que formas concretas a censura prévia pôde, em casos individuais, ser de fato realizada. É provável que raramente ela se deu com base no manuscrito, que idealmente teria que estar disponível em cópia. Talvez em estreita colaboração entre tipógrafo e censor, página por página durante o processo de composição tipográfica? A correção caríssima

das provas tipográficas já impressas era dificilmente uma opção. De todo modo, uma condição indispensável era a proximidade geográfica e uma certa relação de confiança entre as forças antagônicas: o produtor e seu controlador. Assim como em Paris ou Londres, isso era possível em Leipzig na era moderna, onde os livreiros moravam diretamente ao lado de seus censores na universidade. Mas mesmo ali, a censura posterior dos livros importados para a feira do livro era a regra predominante.

O mais fácil era simplesmente reimprimir um livro pronto, o que ajuda a explicar a ampla difusão dessa prática condenável. Um método comum para escapar do procedimento destrutivo da censura prévia - que, no Antigo Império, era de fato obrigatória - consistia em mudar de jurisdição, sair da Feira do Livro de Frankfurt e ir para Leipzig, solicitando a autorização de censura em regiões mais tolerantes, como Brandemburgo, Saxônia ou qualquer outra, para livros já impressos (exceto pela capa com o privilégio principesco). Assim, no Antigo Império vigorava apenas teoricamente a censura prévia, enquanto na prática predominava a censura posterior - e isso nas formas mais brandas, atenuadas por interesses econômicos (FISCHER, 2007).

A censura prévia sistemática era, salvo quando os censores trabalhavam como clérigos por devoção, uma tarefa trabalhosa e dispendiosa. Seu auge só ocorreria no socialismo de Estado do século XX, quando a cooperação entre a censura e os produtores - editoras e gráficas estatais ou ligadas ao partido - se consolidou, originando uma verdadeira economia planejada da censura

Na China antiga, a censura era financiada por monopólios lucrativos de tipografias estatais centralizadas na capital, que ao mesmo tempo garantiam a revisão crítica dos textos pelos funcionários responsáveis. Uma abordagem pragmática semelhante - que matava dois coelhos com uma cajadada só - ocorreu mais tarde na Londres dos Stationers, assim como no Ancien Régime, onde nada menos que 130 censores formavam, ao final, um sistema simbiótico com a guilda dos impressores parisienses. A autorização de impressão passou a ser vista como um privilégio protetor, e, em consideração aos interesses econômicos do comércio livreiro, firmaram-se os compromissos mais surpreendentes - como a tolerância silenciosa, na França, a livros não exatamente perigosos ao Estado, por meio da *permission tacite* ou da *tolérance*. Com a introdução da liberdade de imprensa no começo da Revolução Francesa (GERSMANN, 1993, p. 229–245), não só os censores ficaram desempregados, como também o oligopólio dos impressores quebrou e, com consequências desastrosas, os livros deixaram de estar protegidos contra reimpressões (HESSE, 1989).

Efeitos econômicos desastrosos similares podem ser encontrados também na Confederação Germânica após a substituição da censura prévia pelas leis de imprensa

“draconianas” aprovadas entre 1849 e 1854. O novo princípio proibitivo da “responsabilidade solidária”, que colocava editores, impressores e livreiros sob responsabilidade penal, levou à internalização da censura e à insegurança do setor (SIEMANN, 1988, p. 299).

Os aparelhos da Censura Prévia

No decorrer da crescente separação perante as instâncias eclesiásticas de controle, o trabalho efetivamente censório (a revisão crítica dos textos) passa a ser habitualmente exercido por uma estrutura burocrática relativamente expandido e em crescente profissionalização, que, para diferentes áreas temáticas, dependia da colaboração de especialistas, intelectuais e profissionais confiáveis de todas as disciplinas (PLACHTA, 1994). Na Confederação Germânica da era Metternich, apenas a Áustria (BACHLEITNER, 2017; MARX, 1959) e a Prússia (HOLTZ, 2015) dispunham dos recursos necessários para a efetivação de uma censura prévia minimamente rigorosa, e o objetivo dos Decretos de Karlsbad de 1819 era justamente impor em todo o território da Confederação seus critérios mais estritos e suas disposições censórias (ZIEGLER, 1983; GOLDFRIEDRICH, 1913, P. 52–152, P. 233–285, P. 292–337). Perceptivelmente, esse esforço drástico se baseava em um desejo de controle político massivo e no medo dos danos que um texto não controlado pudesse causar - temor este desencadeado pela Revolução Francesa. Com a questão dos custos solucionada, a criação de um aparelho de censura, do ponto de vista político - ou seja, da perspectiva dos detentores do poder -, conduzia inevitavelmente a um descompasso grotesco entre o controle, que exigia muito pessoal frente à crescente produção gráfica, e o número relativamente pequeno de textos realmente perigosos do ponto de vista político.

62

Os aparelhos de censura autonomizaram-se no decorrer de sua profissionalização no século XVIII e, especialmente, no século XIX. Com o crescimento de cargos efetivos e a diferenciação das áreas temáticas, multiplicaram-se os critérios e formaram-se novos campos de conflito. Uma vez no cargo, os censores tendiam a atribuir tamanha importância ao seu campo de atuação que os atritos com os produtores se tornavam quase inevitáveis e justamente daí surgiram muitos problemas. O controle pela censura despertava a resistência dos autores, o que costumava trazer consigo radicalizações e repressões reforçadas.

A consideração de todas as questões econômicas possíveis acarretava em processos de negociação complexos e compromissos que diluíam o rigor. Decisões censórias serviam de precedente para outras decisões, que talvez dissessem mais respeito a questões de gosto estético ou maledicências inofensivas do que a assuntos de real

relevância política. A grande maioria dos casos de censura que chegaram até nós dificilmente permite reconhecer neles um perigo concreto ao Estado. Essa problemática fundamental - a inevitável sobrecarga e ingovernabilidade de um aparelho censório dessa natureza - já havia sido apontada no século XVIII pelo “censor esclarecido” Chrétien-Guillaume de Lamoignon de Malesherbes, quando ele exigiu que o trabalho censório se concentrasse em um núcleo restrito de casos realmente perigosos (MALESHERBES, 1809; LOKATIS, 2005).

O vago conselho de Malesherbes, concentrar-se nos três temas clássicos de toda política censória - livros que ameaçassem a religião, a moral ou o interesse do Estado -, não pode ajudar muito (BIERMANN, 1987). Com a ascensão da imprensa local parisiense durante a Revolução Francesa e com o aumento das tiragens dos jornais na era industrial - graças às prensas rápidas e às máquinas de papel -, passou-se a observar com mais rigor os meios de comunicação de massa, inclusive o teatro, que, aliás, merecia especial atenção no entorno imediato da corte de um monarca. Assim, os Hohenzollern mantiveram até 1918 a censura teatral baseada em leis policiais, embora no restante do Império Alemão vigorasse há tempos a liberdade de imprensa (KRUEDNER, 1938, p. 39–41). Nas regiões mais liberais do sistema de Metternich, escritos com mais de 20 cadernos tipográficos - isto é, cerca de 320 páginas - eram deixados intactos, por se considerar que não tinham qualquer potencial de impacto de massa. Com efeitos esquisitos:

Em troca à censura, os trechos suprimidos eram às vezes montados em forma de livro, sem qualquer comentário. Foi o que fez Gustav von Struve, editor do *Mannheimer Journals*, ao publicar todos os trechos censurados de seu jornal no período de 2 de julho de 1845 a 12 de fevereiro de 1846 em um volume imponente de 560 páginas impressas em tipo apertado (ZELLER, 1979, p. 35).

A política de tiragem permaneceu um instrumento comum da censura moderna. A limitação da difusão indesejada por meio da marginalização do número de exemplares era um procedimento que, exemplarmente na Alemanha Oriental, foi aplicado maneiras diversas, de forma tão virtuosa quanto inútil (BARCK/LANGERMANN/LOKATIS, 1998, P. 222–224). Pois, naturalmente, livros raros ou mesmo proibidos são os mais valorizados, como já sabia Tácito e como a história da leitura clandestina prova (LOKATIS/SONNTAG, 2008).

O que poderia ser considerado um texto de conteúdo politicamente delicado ou perigoso dependia em grande medida de fatores históricos específicos, de certos caprichos e vulnerabilidades do chefe de Estado e de seus aliados, de perigos concretos de subversão e das tensões internas da sociedade. Talvez fosse necessário, sobretudo em tempos de guerra, proteger algum segredo de Estado ou levar em conta considerações

de política externa. O melhor exemplo disso são as escandalosas manipulações políticas de censura nas edições oficiais dos documentos sobre a questão da culpa pela guerra, na década de 1920 (ZALA, 2001). A lógica interna da ideologia dominante também desempenhava um papel central - como no chamado Terceiro Reich ou nos sistemas censórios comunistas. Enquanto no Nacional-Socialismo o foco caía sobre a imposição de narrativas étnico-nacionalistas e do princípio do Führer, nas democracias populares tratava-se da história do partido manipulada com o objetivo de manter a pretensão de infalibilidade do comunismo.

Sistemas de Censura antagônicos: Continuidades, Transições, Processos de Aprendizado

Sem grandes dificuldades é possível diferenciar um sistema de censura de ‘esquerda’ de um de ‘direita’. Os últimos, enquanto tipo ideal, se comportam de modo conservador ou restaurador, é dizer, preservador, enquanto os ‘sistemas de esquerda’ são caracterizados, em sua origem, por um impulso esclarecedor, formativo e pedagógico; pretendem transformar a sociedade, enfraquecer as tradições e fortalecer a consciência revolucionária - contanto, é claro, que essa não se volte contra os novos detentores do poder (ROßBACH, 2020, p. 98). Nos “sistemas de direita” incluem-se, por exemplo, o *Index* do Vaticano e a Comissão Imperial de Livros, o *Ancien Régime*, o rígido regime censório de Metternich e dos czares, bem como, em tempos mais recentes, as ditaduras militares (TSIGKANA, 2015) e os regimes fascistas (Talbot 1999). Entre os “sistemas de esquerda” figuram a censura protestante em sua fase inicial, a censura esclarecida do imperador reformista José II (SASHEGYI, 1958), a censura sob Robespierre, o sistema soviético com seus desdobramentos nas democracias populares (BOCK, 2011) e a reeducação antifascista nas zonas ocupadas da Alemanha no pós-guerra (KIENZLE/MENDE, 1980, P. 15–19).

Mesmo sistemas politicamente antagônicos empregaram a censura prévia de forma similar, resultando em continuidades paradoxais. Isso já havia sido apontado por John Milton em 1644, na conhecida *Areopagítica*, ao mostrar que as raízes e modelos da censura protestante do Parlamento Longo, que ele denunciava, encontravam-se na Igreja Romana e na Inquisição - o que, aliás, não o impediu de se tornar mais tarde um censor fervoroso (LAMBERT, 1992, p. 7). Em 1810, Napoleão Bonaparte reintroduziu a censura prévia na França em um formato similar ao existente no *Ancien Régime* (HAMMERMÜLLER, 2012). Por sua vez, a rígida censura prévia soviética pôde facilmente encontrar pontos de continuidade com o sistema czarista (BLJUM, 1999).

Uma duradoura vida própria teve a estratégia do contingenciamento de papel, a distribuição centralizada dessa matéria-prima preciosa, tendo sido aparentemente inventado por Rathenau durante a Primeira Guerra Mundial e já aplicado na jovem União Soviética como o meio mais eficaz de controle literário dentro da economia planificada. Durante a Segunda Guerra Mundial, ela aparece não apenas no Estado Nacional-Socialista (BÜHLER/SIMONS, 2004), onde foi utilizada por Goebbels para impor uma rígida censura prévia, mas também entre as potências vencedoras, que a aplicaram no pós-guerra em todas as suas zonas de ocupação. Na RDA, o contingenciamento de papel permaneceu intacto até 1990 como o principal instrumento de controle censório da liderança do SED.

Um outro exemplo de como os mecanismos de censura ultrapassam os limites de um sistema político: desde 1934, a Comissão Oficial de Avaliação do NSDAP (PPK) trabalhava na Biblioteca Alemã para verificar quais obras, do ponto de vista nacional-socialista, eram inofensivas e recomendáveis, com o objetivo de fabricar a Bibliografia Nacional-Socialista, uma espécie de cânone nazista (BARBIAN, 2010, p. 162–179). A Biblioteca Alemã deve a completude de seu acervo, da mesma forma como a British Library ou a Biblioteca Nacional Francesa, à censura. Neste caso, à obrigatoriedade de entrega dos livros pelos editores, instituída por Joseph Goebbels para fins de controle censório. As vantagens de uma instituição desse tipo foram apreciadas também pelas forças de ocupação soviéticas após 1945, quando a bibliografia nazista serviu de base para as “listas de literatura a ser retirada de circulação”. Assim, das listas de recomendações nacional-socialistas nasceu o índice antifascista de proibição para a Zona de Ocupação Soviética (LOKATIS, 2019b). Em 1984, os quatro volumes dessas “listas” foram reimpressos por um antiquário do espectro da extrema-direita, a editora Uwe Berg Verlag, em Toppenstedt, e sua função de recomendação étnico-nacionalista foi reativada.

65

Uma comparação profissional de censura

Um censor nazista da Comissão de Revisão Oficial do Partido para a Proteção da Literatura Nacional-Socialista [*Parteiamtliche Prüfungskommission zum Schutze des nationalsozialistischen Schrifttums*] (PPK), Jürgen Soenke, analisou tanto as práticas de censura da Igreja Católica Romana quanto, sendo ele eslavista de formação, a censura soviética, e comparou ambos os sistemas de censura com os costumes alemães em sua tese de doutorado publicada em 1941, intitulada *Estudos sobre sistemas censórios contemporâneos* (SOENKE, 1941; SPRECHERT, 2021). Enquanto a Igreja Católica havia iniciado no século XV a censura prévia preventiva realizada pelos bispos, para no século XVI introduzir a censura posterior por meio do Index, a PPK de Soenke havia trilhado o

caminho inverso. Em 1934, a PPK havia inicialmente eliminado, por meio da censura proibitiva, a literatura oportunista de cunho étnico-nacionalista não autorizada pelo partido, recorrendo a proibições - e só mais tarde adotou a censura prévia, a princípio restrita a áreas estratégicas para o poder, como o controle dos discursos do Führer, de calendários e de livros escolares. Por isso, Soenke observava com olhar especializado como a censura católica, entre outras coisas por meio das regras gerais do Index, buscava estender sua competência também à literatura não teológica - incluindo obras literárias, científicas e filosóficas. Ele via no *Glavnoe upravlenie po delam literatury i izdatel'stv* - abreviado como *Glavlit*, a Administração Central para Assuntos de Literatura e Publicação - o principal exemplo de uma censura prévia aplicada de forma sistemática, razão pela qual, segundo ele, a União Soviética não necessitava nem de um Index nem de uma censura posterior (SOENKE, 1941, p. 50). Enquanto os bispos católicos exerciam sua censura prévia não como delegados do Papa, mas “em virtude de seu próprio direito”, Soenke via - talvez com uma certa inveja - na União Soviética um “exército de delegados do Glavlit” em plena atividade. Como a central de Moscou não possuía as mínimas condições de revisar “essas quantidades inimagináveis de palavras impressas”, “toda a Rússia estava coberta por uma rede de filiais do Glavlit - um sistema de delegação censória que não tem paralelo na história da censura” (SOENKE, 1941, p. 12, 48, 50).

66

Soenke não fazia distinção, como foi sugerido acima, entre sistemas de censura de esquerda e de direita, mas sim entre sistemas restaurativos, que operavam apenas de forma defensiva, à la Metternich, e aqueles com fundamento ideológico, voltados à imposição de suas ideias. Também lhe era estranha a concepção usual da época de que apenas o Estado pudesse exercer censura. Isso talvez se aplicasse ao Glavlit soviético, se desconsiderarmos sua subordinação ao comando do Partido Comunista e a Stalin (SOENKE, 1941, p. 47). A distinção tradicional entre censura estatal e censura eclesiástica lhe parecia superada diante da atuação da PPK nacional-socialista, pois esta representava uma novidade:

Uma função que, até então, cabia apenas a autoridades estatais, eclesiásticas ou, no máximo, militares, é assumida pela primeira vez por um movimento político: o agente da censura da Comissão Oficial de Avaliação do Partido é o NSDAP - e o faz por direito próprio, e não por delegação do Estado. As decisões do presidente da Comissão Oficial de Avaliação do Partido são, de fato, vinculantes não apenas para o partido, mas também para os órgãos estatais. Assim, o “exercício da censura” pela PPK não seria um ato administrativo, mas sim um “ato de soberania” do NSDAP (SOENKE, 1941, p. 66).

O poder é parte essencial da censura (assim também BREUER, 1982 p. 18, 145 e seguintes): “tanto poder quanto necessário para que as decisões tenham efeito.” Essas

decisões precisam adquirir validade; do contrário, não passam de mera crítica. “Se a censura não dispõe desse poder, ela não é reconhecida, pois não pode agir com seriedade nem fazer cumprir a proibição - que é o caso extremo da censura.” A Igreja, por isso limitada em seus efeitos às almas crentes, “hoje dificilmente é capaz de lançar qualquer escrito ao fogo, quanto menos impor castigos ardentes aos homens” (SOENKE, 1941, p. 37). E mesmo na rígida censura do Glavlit, Soenke via, em resumo, nada mais do que a “expressão do medo dos detentores do poder soviético de perderem o poder” - um medo que “fareja perigos em cada pedaço impresso de papel” e “precisa colocar um espião atrás de cada escritor” (SOENKE, 1941, p. 55, p. 94).

Palavras fortes. Porém, permanece em aberto quanto poder a PPK de Soenke de fato possuía em 1941. Como demonstrou Jan-Pieter Barbian, outras instâncias ainda concorriam pela autoridade sobre a censura dentro do policrático [*Polykratisch*] sistema do Nacional-Socialismo, como o Escritório Rosenberg, o Gabinete Central de Segurança do Reich (RSHA), subordinado a Heinrich Himmler, e os departamentos de literatura sob o comando de Joseph Goebbels (BARBIA, 2010, p. 81–192). O objetivo do texto de Soenke, que oferece o raro espetáculo do censor que assume abertamente sua relação com a censura, era a contestação de uma tese de Otto von Kruedener, que havia negado por completo à PPK o status de órgão censor (KRUEDENER, 1938, p. 121).

67

O motivo das notórias querelas entre os órgãos censores do Nacional-Socialismo pode ser visto no fato de que se tratava de lutas por procuração, em que Goebbels, Himmler, Rosenberg e a Chancelaria do Partido de Bouhler - assim como os senhores dos grandes conglomerados editoriais nazistas, como Robert Ley, do *DAF-Konzern*, ou Wilhelm Baur, do *Zentralverlag* da NSDAP Franz Eher - puderam testar suas capacidades de influência de maneira relativamente inofensiva. Além disso, interesses econômicos significativos frequentemente estavam em jogo nessas disputas. A PPK competia com o Escritório Rosenberg - sendo esse o verdadeiro objetivo do chamado “parecer de não objeção” - pelo controle do lucrativo mercado de livros de massa nacional-socialista, surgido nos últimos anos anteriores à “tomada do poder” (LOKATIS, 2021a).

Tais disputas censórias não tomam lugar apenas no Estado nacional-socialista; elas marcaram, pelo contrário, a prática censória em qualquer lugar ou época sempre que houvesse instâncias rivais em ação, algo praticamente inevitável diante da enorme tarefa de um sistema de controle abrangente. Seja nas disputas dentro da hierarquia eclesiástica da Igreja Católica, no interior da cúria romana, entre centro e periferia, entre universidades e ordens religiosas; seja nos conflitos entre o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, os príncipes e as cidades, entre o rei e seu parlamento, entre os órgãos censores, as instâncias jurídicas e a polícia. Tais conflitos enchem os arquivos que

nos chegaram, e frequentemente envolviam menos o conteúdo dos livros em disputa do que a conquista de prestígio, a afirmação e delimitação de competências ou a demonstração de força e capacidade de influência. Tipógrafos, editores e autores faziam o possível para identificar tensões nas malhas amplamente estendidas da censura prévia, explorá-las em seu próprio benefício e alimentar os conflitos.

Funções políticas da censura comunista

Os modernos sistemas de censura, como os estabelecidos por Estados totalitários e ditaduras do século XX, tendem tipicamente à discrição, permanecendo preferencialmente invisíveis e aspirando instituir a autocensura generalizada. Os atores envolvidos nesse jogo se movem como se estivessem dentro de uma “caixa-preta” imprevisível. A estrutura censória nacional-socialista, cuja capacidade real de sanção e de influência permanecia nebulosa para todos os envolvidos, nunca oferecia ao mercado editorial quaisquer critérios previsíveis, menos ainda uma relação fixa de proibições (BARBIAN, 2010, p. 255 e segs.), o que talvez tenha sido o meio mais eficaz de espalhar medo e terror. O sistema de censura da RDA, por outro lado, era “uma rede complexa de subsistemas burocráticos isolados entre si e conectados por caminhos sinuosos” (BARCK/LANGERMANN/LOKATIS, 1998, p. 432). Dessa maneira, a autoridade estatal de censura no Ministério da Cultura - a Administração Central para Editoras e Comércio de Livros [*Hauptverwaltung Verlage und Buchhandel*] - costumava ocultar sua prática censória atrás das próprias editoras. Medidas de censura política no chamado “processo de desenvolvimento literário” (Wichner/Wiesner 1993) muitas vezes se disfarçavam sob objeções pseudo-estéticas, cabendo ao setor editorial a imposição de objeções, por vezes absurdas, aos escritores; obrigações “vindas de cima” como se fossem suas próprias. Porém, isso apenas alimentava rumores, ampliando enormemente tanto a percepção da censura quanto o engenho subversivo da criação literária (BARCK/LOKATIS, 2008).

Efetivamente, os arcanos não estavam ocultos apenas para escritores e editoras, mas mesmo aos integrantes mais bem informados da autoridade estatal de censura. Essas informações sigilosas ficavam resguardadas, sob a rígida vigilância do Instituto de Marxismo-Leninismo (IML), junto à liderança do partido em Berlim ou até mesmo em Moscou. Enquanto guardiões de uma visão de mundo científica, os partidos comunistas de orientação marxista-leninista insistiam na infalibilidade de seus Comitês Centrais (ZK). Simplesmente para reescrever constantemente a história do partido conforme a linha política vigente, impondo-a e difundindo-a como verdade vinculante e eliminando leituras divergentes, nem a SED nem o PCUS abriram mão de uma censura penetrante e implacável (LOKATIS, 2003).

Eram tabus na literatura da RDA, por exemplo, os expurgos e os assassinatos em massa promovidos por Stálin, que desde 1956 foram suavizados sob termos como “culto à personalidade” e “desvio das normas leninistas”. Jamais existiram o protocolo secreto do pacto Hitler-Stálin, nem a concepção de “socialfascismo” dos líderes do KPD (Thälmann, Pieck e Ulbricht), segundo a qual o inimigo principal até 1935 não era o nacional-socialismo, mas sim o SPD. Os “horrores da libertação”, ou seja, os inúmeros estupros cometidos pelos soldados do Exército Vermelho em 1945, foram igualmente apagados da memória, assim como o levante popular de 17 de junho de 1953 e as experiências dos veteranos do KPD que retornaram do Gulag soviético.

A censura definiu, através da imposição de tabus contrafactuais, toda a produção escrita, científica e ficcional, servindo não apenas à autolegitimação monolítica do partido no exterior, mas também como instrumento de poder indispensável na própria estrutura partidária. A ação (absurda para os de fora) de retirar dos escritos as imagens e os nomes de inimigos derrotados do partido, “renegados” e “desviantes” (Trotski à frente, naturalmente), de trancar seus livros em armários de obras “venenosas” e de apagá-los das bibliografias (WEBER, 1998), remete à *damnatio memoriae* dos romanos, mas ia além da função simbólica de um ritual atávico. Ela marcou o fim das disputas internas, indicando o vencedor, orientando o aparelho partidário e disciplinando a base. Quem era capaz de mover as engrenagens da censura havia vencido e passava a definir “a linha” (LOKATIS, 2003, p. 208–254).

Os experientes “astrólogos” do Kremlin cultivaram a arte de inferir o curso político corrente em Moscou com base na frequência de certas menções: quando Rosa Luxemburgo, normalmente mantida em segundo plano, passava a ser citada com mais frequência, por exemplo (LOKATIS, 2003, p. 111–118). De fato, o irromper de períodos de “gelo” político (como em 1958 ou dezembro de 1965) ou o iniciar de fases de “degelo” ideológico (como em 1956, 1963 e 1972) podiam ser identificados com segurança pelas medidas censórias correspondentes; seja após o Plenário do *Kahlschlag*⁴ da SED em dezembro de 1965, com a ruidosa proibição de certos livros, seja, ao contrário, pela súbita liberação de obras antes fortemente controversas, como *Ole Bienkopp*, de Strittmatter, *Spur der Steine*, de Erik Neutsch (em 1963), ou *Die neuen Leiden*

⁴ O assim chamado Kahlschlag-Plenum do SED, mais especificamente o 11º Plenário do SED, ocupou um papel importante na história literária da Alemanha Oriental. Após um período de relativa liberdade na produção artística da RDA, o plenário - originalmente focado nas questões econômicas - terminou com uma discussão acirrada sobre a produção artística do país. Além de diversas obras que foram proibidas como consequência, o principal marco do *Kahlschlag* foi o esvaziamento do *Bitterfelder Weg* (A vida de Bitterfeld), um projeto estético que se propunha a revitalizar a cultura da Alemanha Oriental através do estímulo à inclusão de trabalhadores no mercado editorial e cultural do país (N. d. T.).

des jungen W., de Ulrich Plenzdorf, e *Irreführung der Behörden*, de Jurek Becker (em 1973), publicadas pela editora Hinstorff (HOHNER, 2022). Assim, valia entre os censores a regra prática: “Um livro não é um livro; dois livros marcam uma nova linha política.” Ou seja, as decisões censórias tinham efeito de precedente, mas uma obra isolada podia ainda ser considerada facilmente como uma “falha ideológica” a ser corrigida.

Assim, atribuiu-se à censura na RDA a estranha função, ainda que politicamente relevante, de ser uma espécie de “meteorologista ideológico”. E mais ainda, pois, como se sabe, nos “países irmãos socialistas” nem sempre prevalecia um clima ideológico semelhante ao da RDA. Quando - como em 1956 na Hungria, em 1968 na Tchecoslováquia ou em 1980 na Polônia - ocorriam tensões perigosas, os censores de Berlim não hesitavam em restringir as importações provenientes desses países “amolecidos pelo revisionismo” e faziam relatórios de seus livros com rigor equivalente ao dedicado à literatura do “inimigo de classe” capitalista. Tratava-se de uma *rezensur*⁵ altamente problemática entre camaradas, que facilmente levava a protestos, especialmente após 1985, na era Gorbachev, quando passou a ser aplicada também a títulos soviéticos. O termo “*rezensur*” se aplica bem aqui, pois os livros de Budapeste, Praga ou Varsóvia já haviam sido submetidos à censura segundo todas as regras da arte partidária, e sua reavaliação revelava uma desconfiança arrogante em relação à competência censória local. No contexto dos Estados do Pacto de Varsóvia, a censura funcionava como uma espécie de comporta destinada a nivelar os desníveis ideológicos (LOKATIS, 2003, p. 340–347).

70

Em termos gerais, o Estado que censura “sofre as consequências” de ser responsabilizado diplomaticamente por cada livro publicado sob sua jurisdição; é dizer, por qualquer obra analisada e aprovada oficialmente. Assim, facilitar ou mesmo abolir a censura é algo arriscado. É como montar em um tigre: é muito difícil descer depois. A censura na RDA, assim como na China antiga ou no Reino da Prússia, se tornou particularmente rigorosa quando os livros tocavam em assuntos de outros países; nesses casos, o Ministério das Relações Exteriores era envolvido na avaliação. Autores reagiam a isso com estratégias de esquiva, transferindo, por exemplo, a trama de seus suspenses para um navio além do território marítimo ou para a Groenlândia. Quando foi exigida

⁵ No contexto da *sui generis* censura da RDA, o termo *Rezensur* já foi utilizado para designar uma mistura entre os termos *Rezension* (parecer/crítica) e *Zensur*, de forma que por vezes o relatório que fundamentava a censura de uma obra literária era, antes de tudo, uma peça de crítica literária. Porém, o termo também pode valer para uma obra que passou por mais de um processo de análise censória, seja por questões geográficas quanto por questões históricas. Para isso, ver o artigo “*Rezensur*”: A Case Study of Censorship and Programmatic Reception in the GDR, de Carol Anne Costabile-Heming (N. d. T.).

uma avaliação da “política soviética para os esquimós” em seu romance sobre os *Inuit*, *Die Schlittenreise* (1958), a autora Edith Klatt simplesmente transferiu a trama para a Idade Média. Dessa forma, surgiram gêneros inteiros da chamada “literatura de esquiva” [*Ausweichtliteratur*], frequentemente criticada pelos censores.

Diante da União Soviética, a autoridade censória da RDA era um bem frágil, uma gentil concessão de soberania do poderoso “irmão mais velho”, que podia ser revogada a qualquer momento. Walter Ulbricht ainda trazia nos ossos essa experiência: até mesmo a Constituição de 1949 teve de ser aprovada por um reles tenente da censura militar soviética, que supervisionou as publicações políticas da SED até os anos 1950. A fragilidade dessa autoridade censória ficou evidente em 1978, quando o embaixador soviético apresentou uma queixa formal a Erich Honecker por conta da publicação do romance *Tod am Meer*, de Werner Heiduczek - causando certo alvoroço (HEIDUCZEK, 2005), justamente por tocar em questões políticas graves.

O antecessor de Honecker, Ulbricht, ainda havia travado batalhas engenhosas para ampliar a área de manobras da política censória. O projeto por ele privilegiado, uma história própria do partido alemão, viu-se bloqueado pelas diretrizes linguísticas de Moscou e por avaliações contraditórias. A obra, em oito volumes, *História do Movimento Operário Alemão* precisava contornar a desautorização pública de Stálin, ocorrida em 1956, e deveria fornecer, para o período posterior à morte de Lênin, uma narrativa revolucionária consoante à perspectiva da SED. Mas como isso seria possível, se desde 1961, por ordem de Nikita Khrushchov, nem mesmo o nome de Stálin sequer poderia ser mencionado? (LOKATIS, 2003, p. 296–299). Por precaução, Ulbricht enviava a Moscou cada novo capítulo que dissesse respeito aos interesses soviéticos para aprovação dos trechos. Aproveitando o interregno após a queda de Khrushchov, em 1964, para reinserir Stálin no texto. Pouco antes de terminar, em dezembro de 1965, o Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou, agora com o respaldo do novo secretário-geral do PCUS, Leonid Ilitch Brejnev, obrigou Ulbricht a reverter uma série dessas alterações, sinalizando, assim, o início de um novo período de “gelo” ideológico (LOKATIS, 2003, p. 308–310). Mesmo assim, o texto dos oito volumes, diversas vezes discutido nos altos órgãos da SED, parecia consolidado de forma incontestável e deveria servir como referência central para a historiografia da RDA, uma verdadeira “Sagrada Escritura” da SED (LOKATIS 2021b). Walter Ulbricht chegou a retirar de circulação os textos de seus próprios discursos, quando estes não eram mais condizentes com essa obra histórica fundamental, ridicularizada por Stefan Heym, em seu *Relato do Rei Davi*, como “O Único, Verdadeiro, Autoritativo, Historicamente Preciso e Oficialmente Reconhecido Relato da Surpreendente Ascensão e assim por diante” (LOKATIS, 2002, p. 336–340). Seguindo-se esse novo padrão, livros

de história soviéticos passaram a ser reescritos como “ultrapassados”, e os volumes 9 e 10 da *História Mundial Soviética* chegaram a ser suspensos na RDA por decisão do Comitê Central. Ulbricht também impediu a publicação da nova história oficial do PCUS de 1967, cujas interpretações divergiam significativamente das apresentadas em sua *História do Movimento Operário Alemão* (LOKATIS, 2003, p. 343–347). Essa obra só veio à luz em 1971, pontualmente com a deposição de Ulbricht, com as alterações de Honecker tornando-se assim referência para a atuação da censura.

Esse tipo de texto normativo já ocupava lugar de destaque em outros sistemas censórios. Na China do século XI, os escritos imperiais figuravam entre os tipos textuais protegidos. Pode-se considerar a Bíblia como o arquétipo dos textos-guia protegidos, pois foi zelosa e intensamente resguardada pela Igreja Romana contra usos indevidos ou adulterações. Entre os nazistas, *Mein Kampf* e os discursos do Führer, cuja supervisão na PPK, aliás, cabia a ninguém menos que Jürgen Soenke, funcionam de forma análoga. Este, no entanto, rejeitou uma comparação entre os discursos do Führer e os textos bíblicos. A redação exata da Bíblia, como demonstra a dogmática, seria objeto de controvérsia em muitos detalhes. A Igreja Católica teria,

“por certas razões, interesse em ver difundido ou citado apenas o texto por ela reconhecido. A exigência de submissão prévia das edições da Bíblia deve-se ao fato de que também outros textos, provavelmente até mais corretos, são possíveis além daquele aprovado pela Igreja”.

72

Em contrapartida, a correção das citações do Führer poderia ser verificada com auxílio de gravações em gramofone. *Mein Kampf*, de todo modo, permaneceria inalterado, pois desejava fazer suas correções, em vez disso, no livro da História (SOENKE, 1941, 77).

Na RDA, assim como em outras democracias populares, a liderança do partido reservava para si a autorização dos textos-guia da política, apoiando-se no trabalho de três institutos do Comitê Central: o Instituto de Marxismo-Leninismo, a Academia de Ciências Sociais e a Escola Superior do Partido Karl Marx. A edição dos chamados “clássicos” - inicialmente bastante seletiva, como se vê pela omissão dos escritos juvenis de Marx, e, no caso de Lênin e Stálin, realizada segundo diretrizes soviéticas - era publicada, assim como os principais títulos sobre a história do movimento operário ou sobre economia política, quase sempre pela editora oficial do partido, a Dietz-Verlag. Sua enorme posse de papel - cerca de 5.000 toneladas - correspondia aproximadamente ao total destinado à produção de toda a literatura de ficção na RDA, e possibilitava tiragens gigantescas. Se a limitação da tiragem de títulos indesejados pode ser considerada uma medida censória típica, então o mesmo deve valer, inversamente, para as grandes tiragens das obras dos dirigentes do partido. De fato, tanto a posição no

ranking das tiragens quanto o número de volumes concedido às edições completas refletiam com bastante precisão o prestígio político do momento, seja dos membros do Politbüro, seja dos “clássicos”. Com tiragens de até 600 mil exemplares, o recolhimento inevitável das obras de múltiplos volumes das obras de Stálin, em 1956, representou uma catástrofe para a Dietz-Verlag, especialmente porque não se cogitava uma produção comparável das obras de Lênin (LOKATIS, 2019c, p. 325–351). A tiragem da “obra histórica” de Ulbricht, em 1966, ultrapassava um milhão de exemplares por cada um dos oito volumes (LOKATIS, 2003, p. 321). Mesmo levando em conta a população muito menor da RDA em comparação com o Terceiro Reich (cerca de 16 milhões contra 80 milhões), esses números não tinham por que se envergonhar diante de *Mein Kampf*, que em 1944 atingia 10,9 milhões de cópias.

Assim como a Franz Eher, editora central do NSDAP, a Dietz-Verlag também funcionava como fonte de financiamento indispensável para o partido dominante. É preciso ser dito, no entanto, que os lucros da maioria das grandes gráficas, do comércio popular de livros e das editoras de ficção mais lucrativas também acabavam alimentando os cofres da SED. Enquanto essas editoras estavam “ideologicamente” subordinadas à Administração Central (HV) para Editoras e Comércio de Livros e sujeitas ao procedimento de autorização prévia de impressão, a Dietz-Verlag estava isenta dessa censura prévia. Porém, isso significava apenas que os mecanismos de controle textual - exercidos diretamente na instância do Comitê Central - operavam de forma ainda mais rigorosa, seguindo o lema de que “qualquer vírgula errada pode ser um erro político”, até mais severos que de costume na RDA (LOKATIS, 2019c, p. 335). Nenhum autor foi mais rigidamente censurado do que Walter Ulbricht ou Erich Honecker.

73

O aparelho censório da RDA

Paradoxalmente, a Dietz-Verlag, com sua posição especial no sistema estatal de censura e comércio de livros, funcionava como um pára-raios: ela concentrava a atenção da liderança partidária, sedenta por censura, permitindo com isso uma atuação estável do mercado editorial dentro do planejamento. No entanto, isso só passou a se concretizar de fato com a criação da Administração Central para Editoras e Comércio de Livros, em 1963.

Na década de 1950, a má distribuição de autoridade entre o aparelho estatal e o partido havia gerado um cenário confuso. O “partido” não correspondia a um centro de poder homogêneo, mas sim um aglomerado de departamentos do Comitê Central (responsáveis, respectivamente, por ciência, cultura, mobilização, educação popular, financiamento partidário) em conflito, assim como o seus protagonistas mais ou menos

influentes (Alexander Abusch, Otto Gotsche, Kurt Hager, Alfred Kurella, Fred Oelsner e Erich Wendt), que, no jogo das resoluções em constante mudança, podiam recorrer a ordens partidárias divergentes e costumavam testar suas chances de influência nos conflitos censórios. Esse campo de disputas torna-se ainda mais complicado em relação às editoras das organizações de massas - Juventude Livre Alemã (FDJ), Confederação Sindical Livre Alemã (FDGB), Sociedade para a Amizade Germano-Soviética e Kulturbund - assim como as editoras dos partidos do bloco (CDU, LDPD e NDPD), das igrejas, da Academia de Ciências e do Exército Popular Nacional, todos habilidosos em se proteger, na luta por papel e na resistência contra decisões censórias incômodas, sob a sombra de poderosos mecenas (BARCK/LANGERMANN/LOKATIS, 1998, p. 19–226).

Com a fundação, em 1963, da Administração Central (HV) para Editoras e Comércio de livros, essa autoridade censória do Ministério da Cultura passou a ter como subordinadas uma série de empresas do partido, as grandes editoras de ficção e todo o sistema de distribuição - ou seja, o comércio popular de livros e a LKG (Companhia de Comissão e Comércio Livreiro Atacadista de Leipzig) - através de uma espécie de regime de arrendamento. Com isso, instalou-se até 1989 um grande conflito estrutural: por um lado, a Administração Central, e seu planejamento econômico, tinha grande interesse em retorno financeiro e em condições estáveis de produção; porém, qualquer restrição censória ameaçava, a partir de então, seus próprios interesses. Não somente pelas perdas diretas com a suspensão de uma obra, mas, sobretudo, pela perturbação dos mecanismos de planejamento envolvidos (LOKATIS, 2019a, p. 80). No entanto, a censura também oferecia oportunidades econômicas inesperadas, que a HV soube explorar bem: pela primeira vez na história do mercado livreiro, conseguiu-se, por meio da censura, a produção previsível de best-sellers. Quando um livro permanecia por muito tempo bloqueado e envolto em controvérsias, suas altas tiragens se esgotavam imediatamente ao ser lançado. A cada ano, editoras como Aufbau ou Volk und Welt iam ampliando, passo a passo, os limites do que era publicável; e quando se tratava de licenças de obras do Oeste, elas podiam ser adquiridas por preços muito mais baixos alguns anos após sua publicação original no lado ocidental. A impressão, então, seguia a prática notoriamente difundida das chamadas “tiragens extras” (*Plusauflagen*) (LUNKEWITZ, 2021), que frequentemente superavam em muito o que fora acordado contratualmente. Porque os lucros iam para os cofres do partido, o Comitê Central também fechava os olhos para esse jogo perigoso.

Revelou-se vantajoso que, na RDA, as editoras eram vistas - em maior ou menor grau - como parte integrante do sistema de censura. Editoras privadas e eclesiásticas, menos. Editoras estatais e do partido, mais. Na disputa por papel, divisões e autorização

de impressão, as editoras mantinham uma relação tensa com sua Administração Central, mas colaboravam com ela de diversas formas: podia-se presumir que, com a entrega do manuscrito, as editoras já haviam realizado, em essência, o trabalho censório. O responsável “ideológico” por isso, dentro da editora, era o editor-chefe, que - assim como o editor principal - precisava ser um “quadro de nomenclatura”, ou seja, membro confiável da SED. O procedimento estatal de autorização de impressão funcionava, assim, como uma espécie de inspeção final com função semelhante à do TÜV. Essa censura prévia sistemática, comparada por Darnton (2016) ao privilégio real no *Ancien Régime*, conferia às editoras e gráficas, como parte de uma racionalidade procedimental de cunho técnico-científico, a segurança operacional necessária numa economia planificada. Atuava, assim, como um mecanismo altamente complexo de autocensura institucionalizada, uma espécie de vacina. Pois o verdadeiro perigo vinha de “cima”. A prática de avaliação, que dificultava a produção editorial, encontrava sua justificativa em uma postura de cautela extrema. Também convinha à direção do partido respeitar seus próprios procedimentos e, em vez de se destacar como um arbitrário “quarto censor” (LOEST, 1984), deixar o cotidiano do trabalho censório nas mãos da profissionalização dos quadros de censura no aparelho estatal.

Nas atividades pragmáticas da Administração Central para Editoras e Comércio de livros, dirigida por Klaus Höpcke, o Leitmotiv era não chamar a atenção crítica do departamento de cultura do Comitê Central, evitando provocar um dos temidos surtos de intervenção censória por parte da direção do partido. Ali, antes mesmo de iniciar o procedimento oficial de autorização de impressão, eram entregues anualmente, para anuência, os chamados planos temáticos, que reuniam os programas editoriais previstos pelas editoras. Havia uma intenção estratégica por trás do fato de que esses planos pareciam inofensivos. Na elaboração dos planos temáticos, lembra uma censora da HV voltada à promoção da literatura, o delicado era o departamento de cultura da SED,

“e tudo se resumia a formular um plano temático, a avaliação e os pareceres de modo a obter sua aprovação. Com isso em mente, eu examinava o autor, o título e os pontos de cada plano. Diante da experiência acumulada ao longo de anos, de que um ponto excessivamente honesto ou chamativo podia despertar a atenção desconfiada do departamento de cultura sobre um autor ou título, fazíamos todo o possível para “amenizar” certas descrições, sempre com o aval da editora. Mesmo um título de livro, disfarçado pela editora como “título provisório”, poderia gerar desconfiança. A “equilibrada composição” de um plano desses desempenhava um papel importante, pois títulos alinhados aos valores do “socialismo real” serviam para contrabalançar alguns “autores críticos” - e seus livros, no fim das contas, podiam ser “tolerados” (HORN, 2013, p. 20 e seguintes).

Quando um nome de autor potencialmente perigoso - como Camus, Kafka ou Beckett - precisava ser incluído, ele era cuidadosamente “embrulhado em algodão”, escondido entre títulos *mainstream* e apresentado segundo uma lógica estratégica de proporções calculadas. Em emergências, a HV se protegia atrás de pareceres detalhados e prudentes, de forma a demonstrar que as possíveis fontes de risco e objeções haviam sido consideradas com responsabilidade antecipadamente, procurando dividir as decisões mais arriscadas sobre vários ombros.

Nos anos 1960, era mais prudente evitar lançar romances críticos antes das férias de verão, período em que Lotte Ulbricht costumava ler as novidades editoriais; tampouco o período anterior aos congressos partidários era aconselhável para publicar literatura crítica. O que não era controlável, e isso era uma séria fonte de perigo tanto para o pacato trabalho do censor simpático à literatura quanto para o autor elogiado, eram as resenhas positivas na imprensa ocidental, pois no Politbüro lia-se com especial apreço a FAZ, o *Die Zeit* e a *Spiegel*.

Lá “em cima” havia outras coisas para resolver, e um dos problemas centrais da HV era justamente o fato de que os livros e manuscritos solicitados pelo Comitê Central para análise mais detalhada permaneciam por muito tempo na mesa do chefe da Ideologia, Kurt Hager, no Politbüro. As reclamações recorrentes de autores e editores tornaram-se, em 1987, um motivo decisivo para que a Administração Central iniciasse o processo de suspensão do procedimento de autorização prévia de impressão. Se essa medida, efetivada em 1º de janeiro de 1989, representou de fato o fim da censura, é algo sobre o qual se pode discutir. Editores como Roland Links olhavam para além dos benefícios, temendo ser “empurrados para dentro do arame farpado”, ou seja, passar a operar sem proteção contra possíveis intervenções diretas do partido. O seguinte problema terminológico merece destaque: como oficialmente não existia censura na RDA, não se podia simplesmente extingui-la diante da opinião pública. Recorreu-se então à fórmula de que se tratava de “fortalecer a responsabilidade” das editoras, ao passo que se reduziria a da instância central (LOKATIS 2013d).

Quais efeitos políticos a discreta revogação do procedimento de autorização prévia de impressão, no início de 1989, pode ter tido sobre a autossupressão pacífica de todo o sistema político da RDA, é algo que merece investigação mais aprofundada. Uma série de livros altamente controversos, como *Schwierigkeiten mit der Wahrheit*, de Walter Janka, *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, ou *Shoah*, de Claude Lanzmann, foi publicada e obras como *1984*, de Orwell, e os escritos de Nietzsche puderam enfim ser abordados, fato que sinalizava uma mudança profunda no clima político. Se houve algum espaço para a crítica social pública na RDA, ele se deve à

literatura de ficção, já que rádio e imprensa eram marcados pela monotonia; esse espaço foi conquistado graças aos livros de autores e autoras como Volker Braun, Landolf Scherzer, Erwin Strittmatter ou Christa Wolf. Graças à atuação da censura, esses textos acabavam carregados de sentido político. Quando conseguiam ser publicados, isso significava, ao mesmo tempo, que o conteúdo finalmente fora autorizado. Agora, todas as válvulas estavam abertas.

No final da Censura?

O que significa o fato de que as revoluções tantas vezes vieram acompanhadas da abolição da censura? Quando essa abolição foi consequência da revolução, para impulsionar ainda mais seu curso, e quando foi um de seus objetivos principais? Quando, como em 1904 na Rússia ou em 1968 no início da “Primavera de Praga” (HOPPE, 2008, p. 115), ela precedeu a própria revolução? Haveria, dependendo do curso da revolução, como se deu tipicamente após 1789 e após 1848, uma espécie de jogo alternado, em que breves fases de liberdade de imprensa eram seguidas pela reintrodução da censura sob nova forma. E não é justamente a reimplantação da censura que indica que a crise e a turbulência passaram, que um novo poder se consolidou? A censura aponta para o lugar do poder.

77

Essas não são questões puramente acadêmicas, pois a fundamentação do moderno direito de imprensa vigente na República Federal da Alemanha também ocorreu numa fase restauradora pós-revolucionária, entre 1849 e 1855. Segundo Wolfram Siemann, foi uma “infelicidade no curso da história alemã” o fato de que a regulamentação legal da liberdade de imprensa tenha ocorrido “justamente na fase intensa de reação após 1849”, razão pela qual os “limites penais à liberdade de opinião” ainda lembram, de forma preocupante, os critérios da censura num Estado autoritário (SIEMANN, 2007, p. 376 - 378).

Referências/Quelle

ASSMANN, Aleida / ASSMANN, Jan (org.). *Kanon und Zensur. Archäologie der literarischen Kommunikation II*. München: Fink, 1987.

BACHLEITNER, Norbert. *Die literarische Zensur in Österreich von 1751 bis 1848. Mit Beiträgen von Daniel Syrový, Petr Píša und Michael Wögerbauer*. Wien, Köln, Weimar: Böhlau, 2017.

BARBIAN, Jan-Pieter. *Literaturpolitik im NS-Staat. Von der „Gleichschaltung“ bis zum Ruin*. Frankfurt a.M.: Fischer, 2010.

BARCK, Simone / LANGERMANN, Martina / LOKATIS, Siegfried. **„Jedes Buch ein Abenteuer“. Zensur-System und literarische Öffentlichkeiten in der DDR bis Ende der sechziger Jahre.** Berlin: Akademie, 1998.

BARCK, Simone / LOKATIS, Siegfried (org.). **Fenster zur Welt. Eine Geschichte des DDR-Verlags Volk & Welt.** Berlin: Ch. Links, 2003.

BARCK, Simone / LOKATIS, Siegfried. **Zensurspiele. Heimliche Literaturgeschichten aus der DDR.** Halle: Mitteldeutscher Verlag, 2008.

BIERMANN, Armin. **Zur sozialen Konstruktion der „Gefährlichkeit“ von Literatur.** In: ASSMANN, Aleida / ASSMANN, Jan (org.). **Kanon und Zensur. Beiträge zur Archäologie der literarischen Kommunikation II.** München: Fink, 1987, p. 212–226.

BIRCKNER, Hans. **Die Freiheit der Gedankenäußerung in ihrer rechtshistorischen Entwicklung. Von der Zensur im vorchristlichen Volksstaat bis zur „Pressefreiheit“ in der modernen Republik.** Würzburg: Dissertation, 1923.

BLAGDEN, Cyprian. **The Stationers' Company. A History 1403–1959.** London: Allen & Unwin, 1960.

BOCK, Ivo (org.). **Scharf überwachte Kommunikation. Zensursysteme in Ost(mittel)europa (1960er–1980er Jahre).** Münster: Lit, 2011.

BLJUM, Arlen V. **Zensur in der UdSSR. Teil 1: Hinter den Kulissen des „Wahrheitsministeriums“ 1917–1929.** Bochum: Projekt, 1999. [Orig. russ. 1994 u.d.T. *Za kulisami „ministerstva pravdy“*. *Tajnaja istorija sovetskoj cenzury 1917–1929*.]

BREUER, Dieter. **Geschichte der literarischen Zensur in Deutschland.** Heidelberg: Quelle & Meyer, 1982.

BÜHLER, Hans-Eugen / SIMONS, Olaf. **Die blendenden Geschäfte des Matthias Lackas. Korruptionsermittlungen in der Verlagswelt des Dritten Reiches.** Köln: Pierre Marteau, 2004.

CANCIK-LINDEMAIER, Hildegard / CANCIK, Hubert. **Zensur und Gedächtnis. Zu Tacitus Annales IV,32–38.** In: ASSMANN, Aleida / ASSMANN, Jan (org.). **Kanon und Zensur. Beiträge zur Archäologie der literarischen Kommunikation II.** München: Fink, 1987, p. 169–189.

CLEGG, Cyndia Susan. **Censorship and the Courts of Star Chamber and High Commission in England to 1640.** In: *Journal of Modern European History*, v. 3, n. 1, 2005, p. 50–80.

DARNTON, Robert. **Die Zensoren. Wie staatliche Kontrolle die Zensur beeinflusst hat. Vom vorrevolutionären Frankreich bis zur DDR.** München: Siedler, 2016. [Orig. engl. 2014 u.d.T. *Censors at Work. How States Shaped Literature*.]

DARNTON, Robert / ROCHE, Daniel (org.). **Revolution in Print. The Press in France 1775–1800.** Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1989.

EISENHARDT, Ulrich. **Die kaiserliche Aufsicht über Buchdruck, Buchhandel und Presse im Heiligen Römischen Reich Deutscher Nation (1496–1806). Ein Beitrag zur Geschichte der Bücher- und Pressezensur.** Karlsruhe: C.F. Müller, 1970.

ENGELHARDT, Dietrich von / FRIGO, Gian Franco (org.). **Zensur und Selbstzensur in Wissenschaft, Literatur und Künsten in der Neuzeit bis zur Gegenwart**. Düren: Shaker, 2019.

FEATHER, John. **A History of British Publishing**. London: Routledge, 2005.

FISCHER, Ernst. „Immer schon die vollständigste Preßfreiheit“? Beobachtungen zum Verhältnis von Zensur und Buchhandel im 18. Jahrhundert. In: HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). **Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis**. Göttingen: Wallstein, 2007, p. 61–78.

FITOS, Stephan. **Zensur als Mißerfolg. Die Verbreitung indizierter deutscher Druckschriften in der zweiten Hälfte des 16. Jahrhunderts**. Frankfurt a.M.: Lang, 2000.

GASSNER, Florian / ROßBACH, Nikola (org.). **Zensur vom 16. bis zum 18. Jahrhundert: Begriffe, Diskurse, Praktiken** (= Jahrbuch für Internationale Germanistik R. A, Bd. 136). Frankfurt a.M.: Lang.

GERSMANN, Gudrun. **Im Schatten der Bastille. Die Welt der Schriftsteller, Kolporteure und Buchhändler am Vorabend der Französischen Revolution**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1993.

GERSMANN, Gudrun / SCHROEDER, Christiane. **Zensur, Zensoren und Zensierte im Ancien Régime**. In: GÖPFERT, Herbert G. / WEYRAUCH, Erdmann (org.). „Unmoralisch an sich ...“. **Zensur im 18. und 19. Jahrhundert**. Wiesbaden: Harrassowitz, 1988, p. 119–148.

GÖPFERT, Herbert G. / WEYRAUCH, Erdmann (org.). „Unmoralisch an sich ...“. **Zensur im 18. und 19. Jahrhundert**. Wiesbaden: Harrassowitz.

GOLDFRIEDRICH, Johann. **Geschichte des Deutschen Buchhandels vom Beginn der Fremdherrschaft bis zur Reform des Börsenvereins im neuen Deutschen Reiche (1805–1889)**. Leipzig: Verlag des Börsenvereins der Deutschen Buchhändler, 1913 (= Geschichte des Deutschen Buchhandels, hrsg. v. der Historischen Kommission des Börsenvereins der Deutschen Buchhändler, Bd. 4).

GRENDLER, Paul F. **The Roman Inquisition and the Venetian Press 1540–1605**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). **Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis**. Göttingen: Wallstein, 2007.

HAMMERMÜLLER, Claudia. **Napoleon Bonaparte und der Weg zurück zur systematischen Zensur. Von Verleugnung und Aufbau des Zensursystems zwischen 1799 und 1810**. In: LAUX, Carmen / ZECKERT, Patricia F. (org.). **Flachware 2. Fußnoten der Leipziger Buchwissenschaft**. Leipzig: Plöttner, 2012, p. 137–145.

HEDRICK, Charles W. **History and Silence. Purge and Rehabilitation of Memory in Late Antiquity**. Austin: University of Texas Press, 2001.

HEIDUCZEK, Werner. **Die Schatten meiner Toten. Eine Autobiographie**. Leipzig: Faber und Faber, 2005.

HESSE, Carla. **Economic Upheavals in Publishing**. In: DARNTON, Robert / ROCHE, Daniel (org.). **Revolution in Print. The Press in France 1775–1800**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1989, p. 69–97.

HILGERS, Joseph. **Der Index der verbotenen Bücher. In seiner neuen Fassung rechtlich gewürdigt und dargelegt.** Freiburg: Herder, 1904.

HOLTZ, Bärbel. **Preußens Zensurpraxis von 1819 bis 1848 in Quellen** (= Acta Borussia, Neue Folge, 2. Reihe, Abt. 2, Bd. 6). Berlin, Boston: de Gruyter, 2015.

HORN, Christine. **Staatliche Literaturaufsicht, Themenplan und Druckgenehmigung.** In: LOKATIS, Siegfried / ROST, Theresia / STEUER, Grit (org.). **Vom Autor zur Zensurakte. Abenteuer im Leseland DDR.** Halle: Mitteldeutscher Verlag, 2013, p. 17–34.

HOHNER, Kerstin. **Abseits vom Kurs. Die Geschichte des VEB Hinstorff-Verlag 1959–1977.** Berlin: Ch. Links, 2022.

HOUBEN, Heinrich Hubert. **Hier Zensur – Wer dort? Antworten von gestern auf Fragen von heute. Der Gefesselte Biedermeier. Literatur, Kultur, Zensur in der guten alten Zeit.** Leipzig: Reclam, 1918/1990.

HOPPE, Jiří. **Die Aufhebung der Zensur.** In: KARNER, Stefan / TOMOLINA, Natalja / TSCHUBARJAN, Alexander (org.). **Prager Frühling. Das internationale Krisenjahr 1968.** Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2008, p. 115–132.

JAUCH, Ursula Pia. **Zensur & Spiel, oder: Über die allmähliche Verfertigung eines Textes mit Hilfe des Zensors.** In: HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). **Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis.** Göttingen: Wallstein, 2007, p. 263–272.

KADERAS, Christoph. **Reglementieren und Verbieten. Die Kontrolle des Druckgewerbes zur Song-Zeit.** In: FÜHRER, Bernhard (org.). **Zensur, Text und Autorität in China in Geschichte und Gegenwart.** Wiesbaden: Harrassowitz, 2003, p. 29–45.

80

KAPP, Friedrich. **Geschichte des Deutschen Buchhandels bis in das siebzehnte Jahrhundert.** Leipzig: Verlag des Börsenvereins der Deutschen Buchhändler, 1886 (= Geschichte des Deutschen Buchhandels, hrsg. v. der Historischen Kommission des Börsenvereins der Deutschen Buchhändler, Bd. 1).

KIENZLE, Michael / MENDE, Dirk (org.). **Zensur in der Bundesrepublik.** München: Heyne, 1980.

KNETSCH, Gabriele. **Die Waffen der Kreativen. Bücherzensur und Umgehungsstrategien im Franquismus (1939–1975).** Frankfurt a.M.: Vervuert, 1999.

KRUEDENER, Olaf von. **Die Zensur im deutschen Verwaltungsrecht unter Berücksichtigung des Kanonischen Rechts.** Berlin: Ebering, 1938.

KÜNAST, Hans-Jörg. **„Getruckt zu Augsburg“. Buchdruck und Buchhandel in Augsburg zwischen 1468 und 1555.** Tübingen: Niemeyer, 1997.

LAMBERT, Sheila. **State Control of the Press in Theory and Practice. The Role of the Stationers' Company before 1640.** In: MYERS, Robin / HARRIS, Michael (org.). **Censorship and the Control of Print in England and France 1600–1910.** Winchester: St Paul's Bibliography, 1992, p. 1–32.

LOEST, Erich. **Der vierte Zensor.** Köln: Wissenschaft und Politik, 1984.

LOKATIS, Siegfried. **Der rote Faden. Kommunistische Parteigeschichte und Zensur unter Walter Ulbricht.** Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2003.

LOKATIS, Siegfried. **Der aufgeklärte Zensor. Reformversuche der weltlichen und kirchlichen Zensur im 18. Jahrhundert.** In: Neue Zürcher Zeitung, 5.3.2005.

LOKATIS, Siegfried. **Erfolge zentraler Literatursteuerung in der DDR.** In: DERS. **Verantwortliche Redaktion. Zensurwerkstätten der DDR.** Stuttgart: Hauswedell, 2019a, p. 75–102.

LOKATIS, Siegfried. **Giftschränke im Leseland. Die Sperrmagazine der DDR unter besonderer Berücksichtigung der Deutschen Bücherei.** In: DERS. **Verantwortliche Redaktion. Zensurwerkstätten der DDR.** Stuttgart: Hauswedell, 2019b, p. 143–172.

LOKATIS, Siegfried. **Dietz. Probleme der Ideologiewirtschaft im zentralen Parteiverlag der SED.** In: DERS. **Verantwortliche Redaktion. Zensurwerkstätten der DDR.** Stuttgart: Hauswedell, 2019c, p. 325–351.

LOKATIS, Siegfried. **Die Abschaffung der Buchzensur durch Klaus Höpcke. Oder doch nicht? Ein „exemplarisches Model für Umverteilung von Macht“.** In: DERS. **Verantwortliche Redaktion. Zensurwerkstätten der DDR.** Stuttgart: Hauswedell, 2019d, p. 533–539.

LOKATIS, Siegfried. **Der nationalsozialistische Massenbuchmarkt. Zensurpolitische Konflikte mit dem bürgerlichen Buchhandel und die Absatzstrategien von NS-Verlagen.** In: HOCHREIN, Martin (org.). **Flachware 7. Jahrbuch der Leipziger Buchwissenschaft.** Stuttgart: Hauswedell, 2021a, p. 11–54.

LOKATIS, Siegfried. **„Nagruko“, „Grundriß“ und „Geschichtswerk“.** **Zensurmaßstäbe des IML unter Walter Ulbricht.** In: LOKATIS, Siegfried / HOCHREIN, Martin (org.). **Die Argusaugen der Zensur. Begutachtungspraxis im Leseland DDR.** Stuttgart: Hauswedell, 2021b, p. 682–705.

LOKATIS, Siegfried / SONNTAG, Ingrid (org.). **Heimliche Leser. Kontrolle und Verbreitung unerlaubter Literatur in der DDR.** Berlin: Ch. Links, 2008.

MALESHERBES, Chrétien-Guillaume de Lamoignon de. **Mémoires sur la librairie et sur la liberté de la presse.** Paris, 1809.

LUNKEWITZ, Bernd F. **Der Aufbau-Verlag und die kriminelle Vereinigung in der SED und der Treuhandanstalt.** München: Europa-Verlag, 2021.

MARX, Julius. **Die österreichische Zensur im Vormärz.** München: Oldenbourg, 1959.

PLACHTA, Bodo. **Damnatur – Toleratur – Admittitur. Studien und Dokumente zur literarischen Zensur im 18. Jahrhundert.** Tübingen: Niemeyer, 1994.

RAFETSEDER, Hermann. **Bücherverbrennungen. Die öffentliche Hinrichtung von Schriften im historischen Wandel.** Wien: Böhlau, 1988.

ROßBACH, Nikola. **Zensur Macht Zukunft. Überlegungen zum herrscherlichen Planungswillen in der Frühen Neuzeit.** In: GASSNER, Florian / ROßBACH, Nikola (org.). **Zensur vom 16. bis zum 18. Jahrhundert: Begriffe, Diskurse, Praktiken** (= Jahrbuch für Internationale Germanistik R. A, Bd. 136). Frankfurt a.M.: Lang, 2020, p. 85–107.

SASHEGYI, Oskar. *Zensur und Geistesfreiheit unter Joseph II.* Budapest: Akademie, 1958.

SIEMANN, Wolfram. *Von der offenen zur mittelbaren Kontrolle. Der Wandel in der deutschen Preßgesetzgebung und Zensurpraxis des 19. Jahrhunderts.* In: GÖPFERT, Herbert G. / WEYRAUCH, Erdmann (org.). „Unmoralisch an sich ...“. *Zensur im 18. und 19. Jahrhundert.* Wiesbaden: Harrassowitz, 1988, p. 293–308.

SIEMANN, Wolfram. *Zensur im Übergang zur Moderne: Die Bedeutung des „langen 19. Jahrhunderts“.* In: HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). *Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis.* Göttingen: Wallstein, 2007, p. 357–387.

SOENKE, Jürgen. *Studien über Zeitgenössische Zensursysteme.* Frankfurt a.M.: Diesterweg, 1941.

SPEYER, Wolfgang. *Büchervernichtung und Zensur des Geistes bei Heiden, Juden und Christen.* Stuttgart: Hiersemann, 1981.

SPRECHERT, Kristin. „Um so lauter haben die Kreaturen das Wort.“ Oder: von wem lernt der Zensor das Zensieren? In: HOCHREIN, Martin (org.). *Flachware 7. Jahrbuch der Leipziger Buchwissenschaft.* Stuttgart: Hauswedell, 2021, p. 101–120.

STRUVE, Gustav von. *Aktenstücke der Censur des Großherzoglich-Badischen Regierungsraths von Uria-Sarachaga.* Mannheim: Selbstverlag, 1845.

TACITUS. *Annalen.* Stuttgart: Reclam, 1978.

TALBOT, George. *Censorship in Fascist Italy 1922–1943.* Basingstoke / New York: Palgrave Macmillan, 2007.

TORTAROLO, Eduardo. *Zensur als Institution und Praxis im Europa der Frühen Neuzeit.* In: ZEDELMAIER, Helmut / MULSOW, Martin (org.). *Die Praktiken der Gelehrsamkeit in der Frühen Neuzeit.* Tübingen: Niemeyer, 2001, p. 277–294.

TSIGKANA, Evanthia. *Buchmarkt und Literaturpolitik zur Zeit der Militärdiktatur in Griechenland 1967–1974.* Hamburg: Dr. Kovac, 2015.

VOZZA, Vincenzo. *From indices to The Index (1515–1596). Censorship as claim of power in the jurisdictional conflict between bishops and Roman Congregations.* In: ENGELHARDT, Dietrich von / FRIGO, Gian Franco (org.). *Zensur und Selbstzensur in Wissenschaft, Literatur und Künsten in der Neuzeit bis zur Gegenwart.* Düren: Shaker, 2019, p. 11–22.

WALTHER, Karl Klaus. *Die deutschsprachige Verlagsproduktion von Pierre Marteau/Peter Hammer, Köln. Zur Geschichte eines fingierten Impressums.* Leipzig: Bibliographisches Institut, 1983.

WEBER, Hermann. *Bildpropaganda und Bildfälschung im Stalinismus.* In: HAUS DER GESCHICHTE (org.). *Bilder, die lügen. [Ausstellungskatalog].* Bonn: Bouvier, 1998, p. 82–92.

WICHNER, Ernest / WIESNER, Herbert (org.). „Literaturentwicklungsprozesse“. *Die Zensur der Literatur in der DDR.* Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1993.

WÜST, Wolfgang. *Zensur und Konfession in den Stadtrepubliken Oberdeutschlands.* In: HAEFS, Wilhelm / MIX, York-Gothart (org.). *Zensur im Jahrhundert der Aufklärung. Geschichte – Theorie – Praxis.* Göttingen: Wallstein, 2007, p. 275–304.

ZALA, Sacha. ***Geschichte unter der Schere politischer Zensur. Amtliche Aktensammlungen im internationalen Vergleich.*** München: Oldenbourg, 2001.

ZEDELMAIER, Helmut / MULSOW, Martin (org.). ***Die Praktiken der Gelehrsamkeit in der Frühen Neuzeit.*** Tübingen: Niemeyer, 2001.

ZELLER, Bernhard. ***Zensur und Liberalität im Zeitalter der Restauration.*** Stuttgart: Koehler, 1979.

ZIEGLER, Edda. ***Literarische Zensur in Deutschland 1819–1848. Materialien, Kommentare.*** München, Wien: Hanser, 1983.